

# ***Um estudo da oferta da educação profissional técnica de nível médio da rede estadual e privada em Campos dos Goytacazes - RJ***

*A study of the supply of professional and technical education (PTE) in private and state high schools in Campos dos Goytacazes – RJ*

Alzeleni Pio da Silva Tavares Corrêa\*  
Denise Cunha Tavares Terra\*\*

O artigo tem por objetivo analisar a oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio, no município de Campos dos Goytacazes, Região Norte Fluminense, que apresenta um novo contexto econômico, em virtude dos investimentos na indústria petrolífera e na construção do Complexo Logístico e Portuário do Açú. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com diretores e coordenadores de cursos das escolas técnicas estaduais e particulares. Os resultados apontam para a necessidade de ampliação e diversificação dos cursos técnicos, especialmente nas escolas técnicas estaduais, que oferecem cursos mais tradicionais, pouco afeitos à demanda do mercado regional.

*The present article aims to analyze the supply of Professional-Technical Education (PTE) courses at high school level in the city of Campos dos Goytacazes, northern Rio de Janeiro State, an area which presents a new economic scenario, due to the investments in the oil industry and in the construction of the Açú Superport Industrial Complex. Directors and coordinators were interviewed in state and private technical schools. Results indicate the necessity of expanding and diversifying existing technical courses, especially in state technical schools, which offer more traditional courses that do not consider regional market demands*

Palavras-chave: Educação Profissional Técnica. Norte Fluminense. Reestruturação Econômica.

*Key words: Professional-Technical Education. Northern Rio de Janeiro State. Economic restructuring.*

## ***Considerações Iniciais***

A inserção produtiva dos indivíduos na sociedade é um dos aspectos mais importantes da cidadania. Nos últimos anos, a Região Norte Fluminense tem passado por várias mudanças em seu cenário econômico e produtivo levando a significativas alterações nos cenários cultural, social e, em especial, no perfil dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino técnico e superior na cidade de Campos dos Goytacazes e região.

O objetivo deste estudo é traçar um retrato atualizado da oferta de cursos técnicos de nível médio na rede estadual e particular de ensino, tendo em vista a percepção de

\* Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, administradora, professora dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção da Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes, RJ – Brasil

\*\* Doutora em Geografia, mestre em Ciência Política, economista, professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, chefe do Laboratório de Gestão e Políticas Públicas (LGPP) – Campos dos Goytacazes, RJ - Brasil

que as instituições privadas têm tido grande procura em seus cursos técnicos e têm formado um contingente de profissionais visando atender ao mercado emergente que se abre na região. Por outro lado, a percepção é a de que, nas instituições públicas estaduais que oferecem cursos gratuitos, poucas mudanças vêm ocorrendo na sua oferta, privilegiando-se apenas as carreiras clássicas e privando, assim, a parcela mais carente da população da oportunidade de competir por vagas nos novos ramos que se abrem na região. A pesquisa visa constatar se, de fato, é isto o que vem ocorrendo, bem como conhecer a percepção dos diretores e coordenadores sobre a adequação dos cursos ofertados, as dificuldades para as mudanças de matriz curricular e as expectativas de oferta de novos cursos, diante do novo contexto econômico regional.

O artigo inicia-se com uma breve abordagem sobre as políticas públicas de educação profissional no país, com destaque para os programas desenvolvidos pela Conferência Nacional de Educação (CONAE), Plano Nacional de Educação (PNE), Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e o Programa Brasil Profissionalizado. Em seguida, apresentam-se a metodologia utilizada na condução dos trabalhos de pesquisa, os resultados obtidos e a análise das entrevistas realizadas. A última seção é destinada às considerações finais.

### ***As políticas públicas educacionais no Século XXI: o caso da educação profissional***

Historicamente, a educação brasileira foi alvo de políticas que refletiram o modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente, produto da dependência econômica externa, que marcou o processo histórico do país. O fato é que este processo levou o Brasil à não construção de um modelo de desenvolvimento de longo prazo, capaz de conferir uma imagem própria e singular no contexto da América Latina e atender às demandas econômicas e à necessidade de melhoria das condições sociais, em busca da redução gradativa das desigualdades sociais.

Por outro lado, o mercado global, nas últimas décadas, tem exigido, dos países emergentes como o Brasil, políticas públicas mais ousadas, no sentido de que esses países, em busca de maior desenvolvimento, possam superar as defasagens que os acompanham ao longo do tempo. No caso brasileiro, a educação ainda se situa como um problema a ser enfrentado e, quando se trata de Educação Profissional nesta década, as conquistas caminharam passo a passo com as contradições que marcam esta modalidade de Ensino.

Além disso, a trajetória da Educação Profissional no Brasil aponta para o fato de que a mesma foi concebida para oferecer educação às classes populares, ou seja, aos filhos de trabalhadores, que, por não terem condições de frequentar as escolas da rede privada, tinham que se submeter às escolas que ofereciam cursos profissionais. Mas os tempos mudaram e, atualmente, a maior parte dos jovens que concluem o Ensino

Fundamental desejam um espaço no novo mundo do trabalho, no qual o saber técnico é passaporte para a conquista do emprego.

Contradições permeiam a educação de jovens e adultos no Brasil, como o fato de a maioria dos alunos oriundos do Ensino Fundamental da rede pública de ensino não apresentarem as competências básicas essenciais para sua inserção no Ensino Técnico Profissional. Conforme analisa Moura, não é possível pensar a educação profissional de qualidade, sem um projeto político que envolva as demais políticas públicas. Sobre isto, o autor comenta:

Um projeto de educação para a formação técnica de jovens e adultos, precisa, em nível estratégico e tático, de uma política pública de educação profissional e tecnológica articulada com as demais políticas. A educação profissional e tecnológica comprometida com a formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política e humana exige assumir uma política de educação e qualificação profissional, não para adaptar o trabalhador e prepará-lo de forma passiva e subordinada ao processo de acumulação da economia capitalista, mas voltada para a perspectiva da vivência de um processo crítico, emancipador e fertilizador de outro mundo possível. (MOURA, 2007, p.32).

Ao analisar os principais instrumentos políticos que sustentam a política da Educação Profissional no Brasil, observam-se as contradições presentes na implantação e implementação de tais políticas, revelando as possibilidades e dificuldades que as mesmas acarretam para a Educação Profissional no Brasil. É o que se constata em programas desenvolvidos pela Conferência Nacional de Educação (CONAE), Plano Nacional de Educação (PNE), Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e o Programa Brasil Profissionalizado.

### *Conferência Nacional de Educação (CONAE)*

Ante a impossibilidade de participação de todos os representantes da sociedade civil, bem como dos segmentos que fazem a Educação no Brasil, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) estabeleceu, como Política Pública para elaboração de um novo Plano Nacional para a Educação do país, a Conferência Nacional de Educação (CONAE), que, ao longo do ano de 2010, foi sendo estimulada por meio de diversas conferências municipais e estaduais, fóruns educacionais que buscaram discutir os principais problemas, questões e entraves da educação nacional.

Como espaço social de discussão das questões educacionais, a CONAE foi criada com o sentido de articular diferentes agentes institucionais representantes da sociedade. São eles que, com variados olhares, apontam para a diversidade de um mundo plural, no qual a educação é a grande mediadora dos saberes sistematizados.

Quando analisa os fundamentos e princípios que levaram à criação da CONAE, Leonardo Avritzer afirma que: “no Brasil existe uma participação de baixa intensidade por parte da população, havendo um hiato entre democracia representativa e democracia participativa”. O autor refere-se ainda à facilidade com que grupos sociais são cooptados pelos atores hegemônicos, que por meio das próprias políticas públicas, “legitimam a exclusão social e a repressão da diferença.” (AVRITZER, 2008).

Com base nos marcos legais ordenadores dos direitos sociais, entre os quais a educação se encontra incluída, tais como a Constituição Federal de 1988, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, a intenção da Conferência foi, prioritariamente, obter subsídios para as políticas públicas garantidoras da universalização e da qualidade da educação básica e superior.

Foram, então, propostos eixos temáticos como: papel da garantia do Direito à Educação de Qualidade: organização e regulação da Educação Nacional; qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação; democratização do acesso, permanência e sucesso escolar; formação e valorização dos trabalhadores da Educação; financiamento da Educação e Contrato Social; Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade. As conferências municipais e estaduais tiveram um norte a seguir, discutindo a partir desses eixos suas realidades locais.

### *Programa Nacional de Educação (PNE)*

A criação de um Sistema Nacional de Educação acompanha o ideário político-educacional no Brasil, ao longo da história do país. As tentativas realizadas mostram que são muitos os entraves, entre eles a dimensão espacial do país. Com suas várias regiões, o Brasil apresenta uma grande diversidade cultural e estrutural, além de práticas políticas locais complexas que, em muitas situações concretas, têm inviabilizado o cumprimento das metas para a Educação.

O PNE constitui-se em mais uma tentativa de criar um sistema de ensino, a médio prazo, que ofereça uma unidade à educação do país e, ao mesmo tempo, possibilite o atendimento às especificidades de cada região, dos estados e municípios. Saviani diz ser “a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente e operante”, que depende de uma estrutura, ou seja, da construção de bases sobre as quais deverá erguer-se. (SAVIANI, 2008, p.80)

Sendo assim, o Sistema Educacional abrangeria o conjunto de instituições de Ensino em suas diversas modalidades e, por ser de natureza pública, sua expansão deve englobar as escolas de todo o país, de forma a atender as peculiaridades dos diversos subsistemas de ensino.

O PNE foi criado pelo Governo Federal pela Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, como uma política pública de Educação. Busca, por meio de diversas conferências de âmbito nacional, centralizadas na CONAE (2010), e com ampla participação da

sociedade, traçar planos estratégicos para a educação em um período de 10 anos, tempo previsto para o cumprimento das metas de melhorias para a educação.

Feito o balanço dos avanços e recuos do PNE, as discussões da CONAE, em 2010, trouxeram para o Governo novas realidades e demandas e, no que se refere à Educação Profissional, cursos que não existiam em 2001, hoje fazem parte dos Planos das escolas técnicas, tanto as federais quanto as estaduais.

O mercado mudou, assim como os arranjos produtivos que, de acordo com as localidades, passaram a exigir formação específica e qualificada de jovens e adultos, em razão das necessidades de mão de obra. Este é, por exemplo, o caso do Município de São João da Barra, no Norte Fluminense, que deverá abrigar o Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú (CLIPA), um dos maiores do Brasil e em acelerado processo de construção, e de Campos dos Goytacazes, que se prepara para suprir a demanda por trabalhadores qualificados.

### *Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP)*

Instituído no ano de 1997, o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) consiste numa política pública criada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Tem por objetivo cumprir as diretrizes da atual legislação educacional, cujo foco é expandir esta modalidade de ensino e fomentar a educação profissional de qualidade no país.

O programa é financiado com recursos advindos de dotações orçamentárias do Governo Federal, sendo 25% recursos do Ministério da Educação, 25% recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Ministério do Trabalho e Emprego e os 50% restantes, provenientes de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As questões de natureza doutrinárias e filosóficas que justificam o PROEP encontram-se na desigualdade social, presente na realidade brasileira e, sobretudo, no despreparo dos trabalhadores sem qualificação, que disputam uma vaga no novo mundo do trabalho. Nas duas últimas décadas, estimulado pelas tecnologias de última geração e pelos arranjos produtivos inseridos na ordem neoliberal, o mercado passou a exigir e depender, cada vez mais, de profissionais qualificados e preparados para enfrentar os desafios do mundo globalizado e competitivo. (ANTUNES, 1999).

A realidade mostra que o PROEP, com sua proposta de expansão, teve maior impacto no tocante à construção, reforma e ampliação das escolas, aquisição de equipamentos para laboratórios, despesas de consultoria, capacitação de serviços de terceiros. Em relação aos processos técnico-pedagógicos, sua contribuição esteve centrada no âmbito da gestão. Foram beneficiados com os recursos do PROEP as Instituições Federais, os Estados e o Distrito Federal, as Escolas Estaduais e as Escolas do segmento comunitário.

As novas orientações do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), no âmbito do

Ministério do Trabalho e Emprego, com foco na política de qualificação, passaram a defender, como uma de suas bandeiras, a articulação com a política pública de educação e a busca de uma inclusão cidadã. Assim, a qualificação profissional ganha um revestimento social, possibilitando a real expansão da educação profissional como proposta inicial do PROEP. Há de se constatar, contudo, que os programas que constituem as políticas públicas vão-se transformando e se desmembrando em novos programas nessa rede que é a Educação Profissional no Brasil.

Assim, entre as ações focais, cujo objetivo é minimizar os efeitos das desigualdades sociais, como é o caso do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (PROEJA), que atinge a clientela de jovens e adultos trabalhadores da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), surge, em 2005, também o Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Adultos (PROJOVEM). A iniciativa foi da Secretaria Geral da Presidência da República, em parceria com o Ministério da Educação e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Oferece a jovens de 18 a 24 anos, e posteriormente até os 29 anos, a escolaridade básica referente ao segundo segmento do Ensino Fundamental e preparação para o trabalho, com iniciação profissional.

A importância do PROEP, como política pública, encontra-se no fato de ter aberto uma vertente importante da Educação Profissional, ao objetivar a expansão dessa modalidade de ensino, essencial ao desenvolvimento do país. Porém, conforme sinaliza Moura, um grande desafio a ser enfrentado pela educação profissionalizante de qualidade “é a superação, de forma gradativa de programas focais que usam recursos público-humanos e financeiros das distintas esferas do governo” muitas vezes, em justaposição, a partir de concepções e princípios que, não raras vezes, se contrapõem. (MOURA, 2007, p.25)

Este olhar crítico é também indicador de que a política de Educação Profissional apresenta contradições no interior dos próprios setores educacionais e que se refletem no desenvolvimento de programas e projetos, grande parte deles compensatórios e sem alcance dos resultados esperados.

Outra questão que se coloca nas discussões sobre o PROEP diz respeito à superação do caráter compensatório e assistencialista que marcou, historicamente, a Educação Profissional. A isto, soma-se o fato da necessidade de romper com um modelo de educação profissional que, unilateralmente, se submete à lógica do mercado, subtraindo direitos e até mesmo negando uma formação cidadã fundada em valores éticos e formadores de técnicos capazes de senso crítico e autonomia de pensar e agir.

### *Programa Brasil Profissionalizado*

A criação do Programa Brasil Profissionalizado, como uma política pública da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e

Cultura (MEC), por meio do Decreto 6302/2007, teve por objetivo central promover a articulação entre teoria e prática, com novos recursos e dentro da linha de superar o que o PROEP, em seu plano de expansão, não conseguiu realizar. Efetivamente, o Programa Brasil Profissionalizado, logo que implantado, possibilitou o aumento da rede pública de ensino médio, tendo em vista a modernização nos métodos de ensino e integração com a educação profissional, por ser esta uma das metas do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), a partir de 2007.

A vinculação do Programa Brasil Profissionalizado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação tem o sentido de oferecer, às unidades de educação profissional técnica, o planejamento, a organização e a supervisão dos processos de formação educacional. Tem, também, a incumbência de fiscalizar o cumprimento das legislações específicas pertinentes às modalidades de ensino.

O Brasil Profissionalizado insere-se no contexto da Educação Profissional Tecnológica como uma política pública comprometida com a inclusão social. Busca estar em sintonia com o desenvolvimento nacional e regional e suas interfaces, sempre destacando o importante papel da formação de um técnico, para que seja um profissional atento às demandas do *locus* em que atua. O fortalecimento desse caráter público do programa é que faz a diferença entre os tantos programas existentes nesta área.

Logo, a realização de diagnósticos, capazes de apontar demandas culturais, econômicas, sociais que favoreçam decisões acerca das Políticas Públicas, faz parte do processo que envolve um olhar sobre a diversidade das demandas deste Brasil plural, em suas dimensões locais. Revelam-se oportunidades diferenciadas em cada região, assim como também, na perspectiva da dimensão exógena, as que envolvem as iniciativas de grande porte que se instalam na região.

É parte integrante do Programa o diálogo permanente com a sociedade e, sobretudo, com as entidades representativas da sociedade civil e do setor produtivo. Os demais programas de trabalho, renda, emprego, inclusão e o desenvolvimento social são importantes para a construção de um quadro real das demandas locais e regionais por profissionalização.

Neste sentido, a articulação entre as diversas instâncias é extremamente importante para que o programa se concretize, sobretudo para que as políticas públicas se harmonizem dentro das diretrizes de uma educação integral, em sua multidimensionalidade. Do mesmo modo, propõe-se: a visão de uma Educação Profissional e Tecnológica afinada com os princípios científicos; a concepção da produção de conhecimentos, na perspectiva da cidadania e da inclusão; o estabelecimento de competências em seus vários níveis, ou seja, nas esferas governamental e civil. Busca-se, ainda, a efetiva participação dos movimentos sociais, entidades de classe, segmentos patronais e governo nas discussões dessas políticas; a valorização e fomento de fóruns e colegiados nas discussões acerca da educação profissional e tecnológica, bem como a participação dos gestores federais/estaduais/municipais no processo de consolidação da educação profissionalizante, em

suas formas integradoras.

Por intermédio do Programa, configurado e representado no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), observa-se o alcance da sistematização social que o mesmo promoveu, englobando os conceitos de simetria, coerência e organicidade. Isso se dá por meio de iniciativas públicas, como a implementação da nova legislação de estágio para os alunos do Ensino Médio, a criação do Ensino Técnico a distância (E-Tec) Brasil, o trabalho educacional com jovens e adultos (PROEJA), além de outros programas de incentivo à integração entre a Educação Profissional e a Escola Básica.

### *Escola Técnica Aberta do Brasil: Educação profissional e tecnológica a distância (E-Tec)*

O sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec) foi lançado em 2007 com o objetivo de oferecer educação profissional e tecnológica a distância. Tem como propósito ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, Distrito Federal, municípios.

A educação a distância (EaD), como modalidade de ensino, apesar de compor o conjunto de políticas da Educação Profissional e Tecnológica, ainda atrai um número pequeno de jovens e adultos que desejam fazer um curso técnico. Contudo, não há como deixar de destacar as vantagens desses cursos, que lançam mão das novas tecnologias, sobretudo pela possibilidade de acesso que eles trazem para os segmentos sociais envolvidos em atividades laborais específicas. É o caso dos trabalhadores que atuam embarcados, dos que exercem seu trabalho no meio rural ou realizam trabalhos em turnos, em escalas, e outros. Por outro lado, esses cursos exigem investimentos em infraestrutura por parte da instituição escolar que os oferece, atualização tecnológica na utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e acompanhamento por meio de tutoria. A E-Tec Brasil e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) são exemplos de programas de Educação a Distância.

Segundo portal do Ministério da Educação (MEC/2010), em relação à implantação desses cursos, as verbas federais são repassadas aos estados, Distrito Federal e municípios, que devem providenciar estrutura, equipamentos, recursos humanos, manutenção das atividades e demais itens necessários para a instituição dos cursos. Estes deverão ser ministrados, de acordo com o Documento legal do MEC, por instituições públicas, que receberão repasses de verbas do MEC para assistência financeira necessária à elaboração dos cursos.

O processo para adesão orienta que o município deverá encaminhar um projeto por instituição de ensino a ser cadastrada no programa, dependendo das necessidades produtivas, sociais e culturais locais. Devem, por sua vez, obedecer às exigências de edital próprio, podendo, inclusive, o município valer-se de escola da rede estadual de Educação, para sediar um polo presencial a ser gerido pelo município.

As instituições de Ensino que fazem atendimento presencial de alunos no E-Tec devem oferecer laboratórios de ensino e pesquisa, laboratórios de informática, biblioteca, salas de estudo, sala de atendimento tutorial, recursos tecnológicos entre outros, compatíveis com o projeto político-pedagógico dos cursos que são ofertados, planejados, de modo a manter a mesma qualidade dos cursos presenciais.

O Programa E-Tec é resultado da parceria entre as Secretarias de Educação a Distância (SEED), de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e instituições públicas de ensino técnico.

### *A adesão do município de Campos às Políticas Públicas centradas na Educação Profissional*

Como cidade de porte médio, com uma população de 463.731 habitantes (Censo 2010), o maior município do interior do Estado do Rio de Janeiro em extensão territorial, Campos dos Goytacazes é hoje conhecida internacionalmente pela “Bacia de Campos”, que guarda, em sua plataforma continental, 82% das reservas de petróleo, segundo dados da Petrobras (2011).

Contudo, esse bem natural, para ser retirado como produto disputado no mercado mundial, necessita de uma rede complexa, que absorve profissionais das mais diversas áreas, qualificados e preparados para atuar em grande parte no sistema *Offshore*.

O município tem, como instituições formadoras de caráter público, o Instituto Federal Fluminense (IFF), escola centenária que coloca todos os anos, no mercado, mais de quinhentos jovens e adultos, que concluem seus cursos técnicos, e a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC), que congrega as escolas profissionalizantes da rede estadual de ensino, além dos cursos ministrados pelo Sistema S (SENAI, SESC, SENAC, SENAT, SESI, SENAR, SEST, SESCOOP, SEBRAE). Esses, nos últimos anos, passaram a cobrar uma taxa aos alunos matriculados, retirando a gratuidade que refletia a natureza pública de suas instituições.

O que aproxima essas unidades de ensino é o usufruto das políticas públicas do Governo Federal que, no âmbito de sua competência, desenvolve programas voltados para o estímulo e melhoria dos cursos relacionados à educação profissional. Em razão do momento vivido pelo país no setor econômico, esses cursos se encontram em franca expansão.

Em relação às políticas públicas discutidas ao longo do artigo, o município realizou a Conferência Municipal de Educação (2009), com vistas ao Plano Municipal de Educação e participação no CONAE. Teve, então, as instituições do estado como parceiras, na execução do evento e nas discussões, referentes aos temas abordados.

A Fundação de Apoio à Escola Técnica Estadual (FAETEC), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT), é a instituição pública responsável pela implementação da política de educação profissional gratuita, no Estado do Rio de Janeiro, em diversos níveis de ensino. Engloba 15 escolas técnicas em todo o Estado,

que oferecem cursos profissionalizantes. A Fundação foi criada pela Lei Estadual nº 2735, em 10 de junho de 1997. Reúne Escolas Técnicas Estaduais(ETE's), Unidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Industrial e Comercial, Institutos Superiores de Educação e de Tecnologia e Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante(CETEP's) e atende a mais de 300 mil alunos por ano.

A DRE (Divisão de Registros Escolares) pertencente à FAETEC realiza periodicamente encontros e reuniões técnicas com orientadores pedagógicos e coordenadores dos cursos para ouvir propostas, sugestões e adequações em relação às matrizes curriculares. Quando as escolas técnicas estaduais, por meio das coordenações pedagógicas, propõem alterações, estas são enviadas à DRE-FAETEC para posterior avaliação do órgão.

A Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo, criada em 1955 com o nome de Escola Agrotécnica de Campos, está situada numa área de 150 ha à margem da BR 356, que interliga a cidade de Campos dos Goytacazes a Itaperuna. Em 1972, foi transferida para a Secretaria Estadual de Educação com o nome de Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo. Vinte e sete anos depois, o Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo transferiu-se para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, ficando vinculado à Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), coordenado pelo Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (CETEP).

Hoje, a Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo está voltada para os ensinos Fundamental, Médio, Curso Técnico em Agropecuária, Curso Técnico Florestal e Curso Técnico em Fruticultura, os dois últimos em regime subsequente<sup>1</sup>. Funciona sob regime de internato e semi-internato. O alunado é, em sua maioria, formado por filhos de pequenos e médios produtores rurais, oriundos de regiões circunvizinhas.

A Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo mantém vários convênios com instituições, entre as quais a Universidade Federal Norte Fluminense (UNF), Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), Prefeitura de Campos dos Goytacazes, com as quais desenvolve alguns projetos ligados à agropecuária.

A Escola Técnica Estadual João Barcelos Martins, fundada nos meados dos anos 80, oferece os cursos de Administração, Eletromecânica, Enfermagem e Análise Clínica.

No tocante ao Colégio Estadual Nilo Peçanha (CENP), sua história começa no governo fluminense de Raul de Moraes Veiga, que o inaugurou em 1922. Com o advento da Lei Orgânica do Ensino Industrial, a escola profissional “Nilo Peçanha” equiparou-se às escolas de níveis federais (Decreto-lei nº. 11316/1943), oferecendo habilitação profissional de Técnico em Contabilidade (área profissional de gestão).

Em 1980, foi implantado o Curso de Prótese Dentária, que vigora até os dias atuais. Ressalta-se que o Colégio Estadual Nilo Peçanha pertence à rede estadual, porém não integra a FAETEC.

<sup>1</sup> Subsequente: educação profissional técnica de nível médio destinada ao estudante que já tenha concluído o ensino médio. (LDB - 9394/96)

## ***Metodologia de pesquisa, resultados e discussão***

A rede estadual oferece os cursos profissionais técnicos de nível médio em três escolas, enquanto que, na rede particular, os cursos profissionais técnicos de nível médio são disponibilizados em dez escolas.

A pesquisa foi realizada entre os meses de junho de 2010 a setembro de 2011. Foram realizadas 18 (dezoito) entrevistas semiestruturadas, agendadas com antecedência com os coordenadores de cursos e diretores. Na rede pública, entrevistou-se 1 (um) diretor e 7 (sete) coordenadores e, na rede particular, 2 (dois) diretores e 8 (oito) coordenadores, sendo que em algumas instituições existe um coordenador para mais de um curso.

As entrevistas foram realizadas a partir de questões previamente formuladas pela pesquisadora, não necessariamente constituindo um modelo rígido e imutável durante o diálogo pesquisador–entrevistado. No decorrer das entrevistas, a interação ocorreu de forma dinâmica com os entrevistados. A intervenção da pesquisadora, durante a exposição dos entrevistados, ocorria apenas no sentido de dirimir eventuais dúvidas ou de dar continuidade ao roteiro inicial. A duração de cada entrevista foi de aproximadamente 45 minutos.

As instituições educacionais que fizeram parte da pesquisa atendem aos critérios da legislação vigente, que considera a carga horária mínima exigida pela respectiva habilitação profissional, 800, 1000 ou 1200 horas, segundo a correspondente área profissional e a relação do curso com o respectivo eixo tecnológico. Além disso, para os cursos das escolas particulares, observou-se se possuíam a devida autorização pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/RJ). Destaca-se que as instituições que oferecem cursos e obedecem aos eixos tecnológicos nas áreas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia também devem estar cadastradas no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), que regulamenta as atividades profissionais dessas áreas, tanto em nível superior quanto em nível técnico.

As entrevistas objetivavam verificar os critérios adotados na oferta de cursos profissionais técnicos de nível médio nas redes Estadual, Particular e Sistema S de Campos dos Goytacazes, em 2011. O roteiro de entrevista contemplava as seguintes questões:

1. Você tem conhecimento de como foram definidos os cursos que são ofertados nessa instituição?
2. Há uma análise da demanda local nessas definições?
3. Há projetos de se abrirem novos cursos? Você sabe quais foram os critérios adotados na definição dessa oferta?
4. Fala-se muito atualmente em autonomia das instituições de ensino na definição de seu Projeto Pedagógico e em Gestão Democrática. Você enxerga essa autonomia em um futuro próximo alterando esse cenário na realidade em

que você se encontra?

5. Quais cursos ofereceria atendendo às necessidades de Campos e região? Por quê?

Os dados obtidos nas entrevistas realizadas serão apresentados e discutidos a seguir.

A Tabela número 1 apresenta o número de escolas, o número de cursos profissionais técnicos de nível médio e a quantidade de diretores e coordenadores entrevistados nas escolas particulares e públicas, entre junho de 2010 e setembro de 2011.

**Tabela 1- Quantidade de escolas, de cursos profissionais técnicos de nível médio e quantidade de diretores e coordenadores entrevistados:**

	Número de escolas	Número de cursos	Coordenadores e diretores	Diretores entrevistados	Coordenadores entrevistados
Escolas Estaduais	3	9	3 dir e 7 coord	1	7
Escolas Particulares	10	34	8 dir e 8 coord	2	8

Fonte: Levantamento da autora.

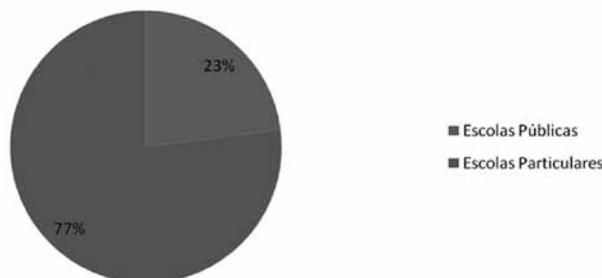
Ressaltem-se as dificuldades apresentadas na marcação das entrevistas e na obtenção dos dados nas instituições públicas de ensino, diferenciando-se significativamente das instituições privadas, que abrem suas portas, atendendo com prontidão a todas as solicitações feitas.

**Quadro 1 - Cursos ofertados pelas escolas profissionais técnicas de nível médio no município de Campos dos Goytacazes em 2011**

Escolas	Número de escolas	Cursos oferecidos	Número de vagas ofertadas	Matrículas
Estaduais	3	Técnico Eletromecânica, Técnico de Análises Clínicas, Técnico de Administração, Técnico de Enfermagem, Técnico em Agropecuária, Técnico Florestas, Fruticultura, Contabilidade, Prótese	600	495
Sistema S	2	Eletrotécnica, Mecânica, Petróleo e Gás, Segurança do Trabalho, Administração, Logística, Farmácia, Enfermagem, manutenção e Suporte de Informática.	600	475
Particulares	10	Automação Industrial, Eletrônica, Mecânica, Eletrotécnica, Meio Ambiente, Logística, Enfermagem, Segurança do Trabalho, Radiologia Médica, Mecânica Industrial, Enfermagem do Trabalho, Contabilidade, Informática, Patologia, Formação de Professores, Petróleo e Gás, Estrutura Naval, Meio Ambiente.	2380	2045

Fonte: Levantamento da autora

O Gráfico 1 apresenta o percentual de escolas públicas estaduais e privadas que ofertaram vagas nos cursos profissionais técnicos de nível médio, em 2011, em Campos dos Goytacazes. Nota-se a significativa presença das escolas privadas na oferta de cursos profissionais técnicos de nível médio alcançando 77% do total.

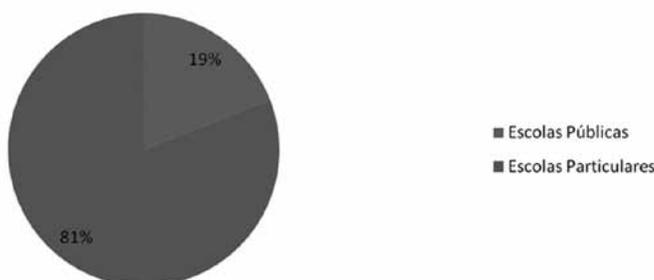


**Gráfico 1 - Oferta pública estadual e privada de cursos profissionais técnicos de nível médio, em Campos dos Goytacazes, 2011**

A rede estadual oferece Educação Profissional Técnica de nível médio e atua na forma concomitante<sup>2</sup> e subsequente, em turnos matutino, vespertino e noturno. Foram ofertadas, para o ano 2011/1 (primeiro semestre), nos cursos de Educação Profissional Técnica em nível médio e subsequentes ao Ensino Médio, 600 (seiscentas) vagas ao todo e 495 (quatrocentas e noventa e cinco) matrículas.

Em 2011, o quadro de oferta de vagas da rede particular, para os cursos profissionais técnicos de nível médio, era formado por 2380 (duas mil e trezentas e oitenta) vagas e 2045 (duas mil e quarenta e cinco) matrículas. Nota-se que a maioria das escolas particulares optou por oferecer cursos subsequentes para atender à demanda crescente de alunos que concluíram o ensino médio, ou até mesmo os que estão cursando a educação superior ou a concluíram.

O Gráfico número 2 apresenta o percentual de matrículas ofertadas nos cursos profissionais técnicos de nível médio pelas escolas particulares e públicas, em 2011, em Campos dos Goytacazes, demonstrando que a maioria das vagas encontra-se na rede particular de ensino, e, portanto, limitando a inserção da população de menor poder aquisitivo.



**Gráfico 2 - Matrículas ofertadas nos cursos profissionais técnicos de nível médio pelas escolas públicas estaduais e particulares em Campos dos Goytacazes**

<sup>2</sup> Concomitante: Educação profissional técnica de nível médio articulada com o ensino médio. (LDB-9394/96)

Segundo os diretores e coordenadores entrevistados, as pesquisas de mercado realizadas apontaram que há perspectiva de oferta de trabalho em determinadas áreas específicas, como as relacionadas ao Complexo Logístico do Porto do Açú, o Complexo de Exploração e Produção de Petróleo e Gás e o Complexo Industrial de Barra do Furado.

Os cursos ofertados pelas escolas particulares têm como objetivo atender à demanda das empresas, podendo assim oferecer cursos diferenciados para a região onde se encontram. No entanto, algumas escolas públicas têm uma visão distorcida sobre as perspectivas de novos investimentos na região, e não oferecem cursos profissionais técnicos de nível médio que atendam a esta demanda.

A pouca oferta de vagas e a falta de implantação de novos cursos na rede pública acarretam um *déficit* de profissionais com formação técnica na região. As grandes empresas divulgam vagas para os cargos técnicos em: Eletrotécnica, Petróleo e Gás, Logística, Portuária e Estradas, grande parte delas não sendo preenchidos por mão de obra local.

Percebe-se que, na rede estadual, sobram vagas principalmente nos cursos de Técnico em Floresta, Técnico em Fruticultura e Técnico em Análises Clínicas, enquanto nas instituições particulares faltam vagas em determinados cursos, como por exemplo: Técnico em Mecânica, Técnico em Petróleo e Gás, Técnico em Logística, Técnico em Segurança do Trabalho, entre outros.

A rede particular, atenta às demandas do mercado, oferece cursos que vão ao encontro das novas oportunidades que surgem na região, diversificando-os, atualizando-os e ampliando o número de vagas ofertadas. Porém, os cursos oferecidos por tais instituições particulares não estão ao alcance de todos, por serem pagos.

Nota-se a resposta rápida das escolas particulares quando não conseguem efetuar as matrículas em determinados cursos. Imediatamente se mobilizam para adequar, atualizar e registrar as alterações nos órgãos competentes, para torná-los novamente competitivos.

Ao se observar a oferta dos cursos profissionais técnicos de nível médio da rede estadual percebe-se que 80 % dos cursos técnicos das escolas estaduais foram implantados na década de 80. Portanto, estão voltados para a economia tradicional e, por conseguinte, não acompanham as atuais mudanças econômicas da região. Além disso, segundo os entrevistados, as instituições oferecem para estes cursos matrizes curriculares desatualizadas.

Durante as entrevistas com diretores e coordenadores da rede particular perguntou-se o que pensam sobre a atualização dos cursos. Os entrevistados se mostraram preocupados em oferecer cursos atualizados além de novas opções de cursos. Portanto, a partir de 2012, todas as instituições particulares que oferecem cursos técnicos disponibilizarão novos cursos. Além disso, outras instituições particulares começarão a oferecer cursos técnicos profissionais. O Externato Campista iniciará nove cursos técnicos e o Instituto Tecnológico de Campos/Universidade Candido Mendes (ITECAM/UCAM) irá oferecer três cursos profissionais técnicos.

No âmbito das instituições privadas, mudanças já se verificam, visto que são várias as instituições privadas que oferecem cursos de petróleo e gás; segurança do trabalho, logística e outros, apontando assim uma tendência do setor. Já no universo das instituições públicas estaduais, vê-se ainda pouca mudança nesse sentido, ainda que a LDB 9394/96 estimule a gestão participativa e autonomia das instituições na definição de seus currículos e demais características de seu Projeto Político Pedagógico.

Observa-se que a realidade da educação particular de ensino contrapõe-se à da rede pública, que encontra inúmeras dificuldades no fornecimento do ensino em Campos dos Goytacazes. Isso ocorre, seja por falta de professores qualificados para aulas técnicas específicas, seja por falta de infraestrutura. É urgente a implementação de políticas públicas educacionais na rede estadual, para propiciar oportunidades àqueles que têm dificuldades em realizar o pagamento das mensalidades nas instituições particulares de ensino profissional técnico.

A Educação Profissional Técnica de nível médio assume valor estratégico para o desenvolvimento regional, resultante destas transformações ocorridas ao longo das últimas décadas. No entanto, a pesquisa demonstra que a LDB 9394/96 não está sendo devidamente atendida, pois, em Campos dos Goytacazes, as instituições educacionais ainda não se adequaram à nova realidade econômica regional. Falta ajustar a oferta de cursos profissionais técnicos de nível médio e o número de vagas oferecidas, sobretudo na rede estadual, que não atende de forma satisfatória à demanda de cursos técnicos.

### ***Considerações Finais***

Os principais resultados desta pesquisa apontaram para um distanciamento entre as instituições públicas e privadas na oferta de cursos e no número de vagas ofertadas. De forma muito lenta, as instituições públicas começam a adequar os cursos às novas demandas da região, para que os jovens que não têm condições de pagar as mensalidades da escola particular sejam inseridos no mercado de trabalho. Só assim se romperão as diferenças entre o ensino público e o particular e serão evitados os riscos de se perpetuar a histórica desigualdade socioeconômica existente na região. É imperativo, portanto, atender às demandas regionais por mão de obra qualificada com um ensino público profissional técnico de nível médio gratuito e de qualidade para que as oportunidades e os empregos que surjam sejam ocupados pelos cidadãos dessa região, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o tão almejado desenvolvimento.

### ***Referências***

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999

AVRITZER, Leonardo. *As concepções de democracia e sua influência na Constituição do Estado*. Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2008.

BRASIL. *Decreto nº 6302/2007*. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto lei n. 11316/1943. Dispõe sobre a equiparação da Escola Industrial Nilo Peçanha. Publicado em *D.O.U. de 15 abr. 1944*.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Publicado no *D.O.U. de 23 dez. 1996*.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação 2001-2012. Publicado em *D.O.U. de 10 jan. 2001*.

MOURA, Dante Henrique. Algumas implicações da reforma da EP e do PROEP sobre o P.P. de CEFET-RN: a reintegração dos cursos técnicos. *Revista Halos*, 2007. Disponível em: < <http://www.cefet.com.br/dpeg/hol> p. 57-80>. Acesso em: 2012

RIO DE JANEIRO (Estado). *Lei estadual nº 2735*, 10 de junho de 1997 do Rio de Janeiro- denominação Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro-FAETEC

SAVIANI, Dermeval. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

*Artigo recebido em: 6 jul. 2012*  
*Aceito para publicação em: 20 fev. 2013*